

RELATÓRIO
2025

5ª SÍNTESE

Relação com a Tecnologia e IA

INTRODUÇÃO

A Cátedra Maria Aparecida Baccega, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo - PPGCOM da ESPM, é dedicada às inter-relações entre comunicação e consumo, privilegiando a sua interface com o campo da educação. Desde 2019, a Cátedra tem realizado pesquisas com educadores dos ensinos Fundamental e Médio sobre seus hábitos de consumo midiático e como trabalham as mídias com seus alunos. A partir dos dados coletados, são desenvolvidas ações para apoiar a formação de educadores, de forma a contribuir para uma melhor utilização e consumo dos meios.

No sétimo ano desse estudo longitudinal, os grupos focais foram realizados exclusivamente com educadores da Rede Estadual de Ensino de São Paulo, com apoio da Unidade de Cooperação Técnica e Pesquisa (UCTEC) - EFAPE, visando ampliar as reflexões acerca da educação para a mídia e para o consumo.

Foram realizados três grupos focais após o término do ano letivo de 2025, contabilizando a participação de 11 educadores. A condução dos grupos focais foram alicerçadas em cinco tópicos, a saber:

- 1 | Como se dá o consumo de mídia pelos educadores
- 2 | Uso e produção de mídia na sala de aula
- 3 | Consciência crítica do uso da mídia pelos estudantes
- 4 | Curricularização da Educação Midiática
- 5 | **Relação com a Tecnologia e IA**

Nesta 5ª síntese, apresentamos as análises realizadas a partir dos relatos dos professores sobre seu próprio consumo de mídia cotidiano.

RELAÇÃO COM A TECNOLOGIA E IA

“

É preciso que a IA faça o que é chato e que os professores façam o que é legal e intelectual. É preciso ensinar o prompt como um gênero textual, nós usuários com agência sobre isso.

No bloco 5, foi investigada a relação dos professores com a inteligência artificial (IA) e com as tecnologias digitais. De uma forma geral, as falas revelam um processo em construção, que ainda está em experimentação individual e coletiva. E é quase unânime a percepção da ausência de diretrizes institucionais claras e desigualdades estruturais que limitam o alcance das iniciativas mais inovadoras, principalmente na rede pública de ensino.

No que diz respeito ao uso da IA na prática profissional, os relatos dos educadores indicam que sua adoção ainda é predominantemente individual e instrumental. Como exemplo, foi citada a utilização dos notebooks com IA como recurso para captar a atenção dos alunos durante as aulas. Outro docente descreveu o uso das ferramentas de forma mais analítica utilizando a tecnologia para acompanhar e ranquear o aproveitamento dos estudantes e adaptar planos de aula para alunos com necessidades específicas, como a elaboração de material de química para estudantes autistas. Um terceiro exemplo citado foi que uma das escolas chegou a adotar uma IA própria para a produção de materiais de comunicação institucional, revelando usos para além da sala de aula. Esses processos, embora variados, têm em comum o fato de se voltarem principalmente ao trabalho do professor e não diretamente à aprendizagem dos estudantes.

Quando o tema é o uso da IA com os alunos, prevalece uma postura de cautela da necessidade de mediação constante. Uma educadora relatou sobre o uso da IA em trabalhos de conclusão de curso. Neste movimento o orientador precisa parametrizar e validar o uso da ferramenta antes de qualquer utilização por parte dos alunos. Essa mesma educadora defende que o ensino do uso de prompts deveria ser equivalente à aprendizagem de um “gênero textual”, vista como uma necessidade formativa

urgente pois trata-se de formar usuários com agência sobre a tecnologia, e não sujeitos passivos diante dela. O exemplo do Studio Ghibli foi mencionado como ponto de partida para uma discussão crítica em sala de aula sobre produção de imagens, vídeos, fotos e seus impactos culturais.

“

A escola usa uma IA própria também para geração de materiais de comunicação para divulgar a escola. É preciso desenvolver política pública para que haja maior monitoramento.

A ideia que une os educadores é a de que a IA deveria assumir as tarefas mais rotineiras e mecânicas, abrindo espaço para que professores e alunos se dediquem ao que é intelectualmente mais denso e relevante. Essa diferenciação entre uso técnico e formação crítica também foi abordada nas discussões sobre tecnologias digitais de modo mais amplo (não apenas ferramentas de IA). Alguns educadores relataram que as plataformas digitais colocam o estudante em posição passiva. Antes os movimentos feitos em cadernos e livros didáticos eram mais ativos. Para suprir esse processo de aprendizagem, que está cada vez mais complexo, os educadores têm tentado desenvolver iniciativas com os estudantes como a criação de podcasts, vídeos ou a análise crítica de notícias (verdadeiras e falsas), apontando para outro caminho: o uso intencional das tecnologias, integrado ao currículo e orientado pelo desenvolvimento da capacidade crítica.

Os desafios para que essa perspectiva se torne regra (e não exceção) são consideráveis. A infraestrutura permanece como obstáculo: falta de equipamentos, conexão instável com a internet, laboratórios de informática acessíveis apenas por professores de informática e restrições de uso dos espaços físicos. A situação é mais grave na rede municipal, onde uma das professoras relata que não consegue levar os alunos para além da sala de aula. A isso se somam as contradições geradas pela restrição do uso de celulares, consolidada em 2025: embora os docentes reconheçam avanços em termos de atenção e participação, a proibição aprofundou um problema já existente. Sem celulares e sem equipamentos alternativos em número suficiente, um dos professores admite que acaba liberando o uso do aparelho pessoal do aluno quando as plataformas exigidas pela rede estadual precisam ser acessadas, correndo o risco de comprometer seu próprio desempenho institucional.

Alguns educadores reconhecem que sua formação “analógica” é um desafio pois é uma realidade muito distante do cenário atual. Ao mesmo tempo, identifica que parte dos alunos, especialmente na rede estadual, apresenta defasagens básicas de leitura, o que deveria preceder qualquer uso de tecnologia ou ferramenta de IA. O uso correto e funcional da IA pelo educador pode ser produtivo, mas não substitui a necessidade

de alfabetização, leitura e do pensamento crítico prévios dos estudantes para que a tecnologia faça sentido e seja útil no processo de aprendizagem.

Os educadores entendem, de forma unânime, que a demanda por políticas públicas é fundamental para promover a melhora na relação entre a IA e a educação. Foram citadas três frentes que necessitam desenvolvimento e articulação: formação continuada orientada para o uso crítico e pedagógico das tecnologias; investimento em infraestrutura (equipamentos, conexão e manutenção) e regulação e monitoramento do uso de IA nas escolas. Tudo isso para evitar a adoção acrítica e garantir que a tecnologia amplie e não substitua o desenvolvimento cognitivo e crítico dos estudantes. Como sintetiza uma das professoras: “é preciso dominar a IA e não o contrário”.
